Audição conjunta
16/julho/2020

Intervenção final

A FNE refere no seu documento "A educação em tempos de emergência na defesa intransigente da educação e dos seus profissionais, no combate às desigualdades sociais – contributos para preparar o ano letivo de 2020/2021:

Que a Pandemia **evidenciou pelo menos três aspetos essenciais:** por um lado, que a escola pública constitui a estrutura social que tem melhores condições para atenuar as desigualdades sociais; por outro lado, que a atividade letiva presencial é, de longe, muito mais eficaz e eficiente em termos de qualidade dos processos de ensino-aprendizagem; finalmente, que os educadores e professores portugueses são profissionais da mais elevada qualidade.

Não podemos permitir que se agravem ainda mais as desigualdades sociais e a distribuição desigual dos recursos. **É imprescindível que existam os recursos humanos e materiais que permitam que ninguém seja deixado para trás, implementando-se integralmente o princípio da igualdade de oportunidades para todos.**

Esta crise de saúde confronta-nos com **um enorme desafio de equidade educativa** que provocará, entre outras consequências, insuficiências educativas para os alunos mais frágeis. Estes alunos continuarão a ficar para trás, se não forem adotados os mecanismos que eliminem ou atenuem essas desigualdades.

É por isso que o sistema educativo deve estabelecer **mecanismos que promovam a equidade educativa e a compensação das desigualdades que permitam atenuar as diferenças sociais e que façam com que o sucesso não seja condicionado pela família e pela origem social.**

Para a FNE, a Educação deve ser uma prioridade, sendo essencial **apostar num sistema educativo inclusivo e solidário que garanta a igualdade de oportunidades para todos**.

Também, Resolução do Secretariado Nacional, aprovada em 8 de julho referimos:

(…) a necessidade de serem adotadas as medidas que forem necessárias para **garantir que as escolas sejam efetivamente espaços seguros**, em nome do respeito que nos merecem os Alunos e as suas Famílias, os Educadores e Professores e os Trabalhadores Não Docentes das nossas escolas;

A FNE considera que **as políticas para o setor da Educação deverão garantir às escolas e aos seus profissionais as condições e os meios que lhes permitam trabalhar com autonomia e flexibilidade, em termos de desenvolvimento do currículo e de organização pedagógica da escola, para que nenhum aluno fique para trás,** pelo que se manterá atento ao desenvolvimento do ano letivo, denunciando todas as circunstâncias em que a insuficiência ou inadequação de meios e recursos estejam a prejudicar os diferentes intervenientes.

Em nome da FNE manifesto a grande preocupação de todos os profissionais da educação no que se refere às orientações da tutela sobre a organização do próximo ano letivo, nomeadamente quanto às regras de segurança que consideramos não respeitarem o que tem sido defendido em termos de distanciamento no sentido de evitar contágios.

Para conclusão desta audição conjunta resta-nos agradecer à Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto o convite para participação nesta audição, em que a FNE pode contribuir para o enriquecimento do debate tendo em vista uma Escola com mais equidade e inclusão.

A FNE estará sempre disponível para contribuir para o debate, refletindo, avaliando e propondo soluções responsáveis.

Lisboa, 17/julho/2020